

■ POLÍTICA

17 ABR 1995

Marco Maciel diz que a pauta de votações deve ser seletiva

“Congresso não é uma fábrica”

por Maria Cristina Fernandes
de São Paulo

Uma votação mais “seletiva”, que não leve em consideração uma pauta a ser “limpa” e, sim, a ser “priorizada”. É assim que o vice-presidente da República, Marco Maciel, vê a correção de rumos necessária à aprovação das emendas constitucionais pelo Congresso.

— “A expressão ‘vamos limpar a pauta’ deveria ser apagada do Congresso. O Congresso não é uma fábrica que trabalhe por produção”, disse na última quinta-feira, em São Paulo, durante visita a este jornal, o vice-presidente Marco Maciel.

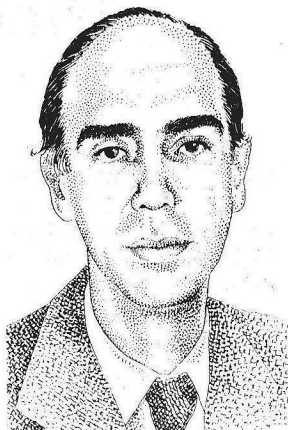
Apesar do entusiasmo com que fala das mudanças necessárias a uma melhor relação entre o Executivo e

o Congresso, o vice-presidente continua a insistir que não aspira à condição de coordenador político do governo.

“O coordenador é o presidente da República. É assim em qualquer sistema presidencialista”, diz Maciel, que é titular de um dos mais movimentados gabinetes de articulação política de Brasília.

Ele não nega falhas na estrutura oficial de articulação política do governo, formada pelos líderes no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES); na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP); e no Congresso, Germano Rigotto (PMDB-RS). “Sim, tivemos problemas”, diz o vice-presidente, evitando, diplomaticamente, denominá-los.

Da desastrosa derrota go-



Marco Maciel

vernista representada pela votação da correção monetária dos créditos agrícolas, o vice-presidente diz que seus efeitos foram potencializados pelo regimento. Como se tratava da votação de um veto do ex-presidente

Itamar Franco (à lei que criou a URV e fixou as regras de conversão dos contratos), os parlamentares receberam a cédula de votação na véspera, facilitando a articulação da bancada ruralista e do lobby do setor.

“Na tramitação das emendas a coisa vai ser mais fácil”, confia Maciel. De acordo com as previsões que lhe foram passadas pelo presidente da Câmara, Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), a primeira emenda constitucional a chegar ao plenário será a que propõe o fim do monopólio estatal para o gás canalizado. “Até o final de abril essa emenda poderá ser votada”, prevê o vice-presidente da República.

Em seguida, virão, nessa ordem, a emenda sobre o conceito de empresa nacio-

nal, a de quebra do monopólio da navegação de cabotagem, e, finalmente, a flexibilização dos monopólios das telecomunicações e do petróleo, na avaliação de Maciel.

O calendário das reformas, na visão do vice-presidente, foi atropelado pela realização do segundo turno eleitoral em dezessete estados. “Esperávamos que apenas sete estados tivessem segundo turno e que já pudessemos ir acelerando as votações antes da posse, mas com eleições em dezessete estados ficou impossível”, diz o vice-presidente.

Em sua avaliação, da pauta de votações programada para antes da reforma constitucional — Lei de Concessões, Lei Camata e Lei de Patentes — apenas esta última não pôde ser aprovada a tempo de constar da agenda de feitos do presidente Fernando Henrique Cardoso em sua mais importante viagem internacional até agora — a visita aos Estados Unidos que se inicia nesta terça-feira.

“Isso não tira o êxito da visita”, diz Maciel. “O presidente já deixou claro seu

compromisso com as reformas e a abertura da economia.”

Em sua visita a São Paulo, o vice-presidente almoçou com um grupo de cinco empresários no hotel Ca'd'Oro. Compareceram ao almoço Paulo Cunha (Grupo Ultra); Carlos Antônio Rocha (Casa Anglo-Brasileira); Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim); Flávio Telles de Menezes (Sociedade Rural Brasileira); e Olavo Setúbal (Itaú). Em seguida, encontrou-se com o presidente do sindicato das pequenas e médias indústrias, Joseph Coury.